

Diligência em transição energética – aspectos relevantes para auditorias no contexto de compromissos climáticos e descarbonização

Fernanda Moraes Diniz

Gerente de Gestão do Portfólio e Resultados em Carbono e Emissões da Petrobras / fernandamdiniz@petrobras.com.br

Maria Izabel Ramos

Gerente de Soluções Baseadas na Natureza da Petrobras / izabel.ramos@petrobras.com.br

A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo, impondo pressões sem precedentes sobre ecossistemas, economias e sociedades em escala global. Porém, é importante ressaltar que, além de um desafio ambiental, a agenda climática também envolve impactos econômicos e sociais relevantes. Enquanto a ciência demonstra que o aquecimento global é uma realidade que exige ações concretas e imediatas, a demanda por energia continua a crescer, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pela necessidade de melhoria do bem-estar social.

Além disso, embora seja uma agenda global, as soluções requerem um olhar local. É preciso considerar as especificidades de cada região, analisando seus desafios e potencialidades. Os esforços devem buscar uma transição justa, ordenada e equitativa, condizente com as possibilidades e responsabilidades de cada país.

É nesse contexto que precisamos analisar o caso brasileiro.

O Brasil apresenta um perfil diferenciado na sua matriz energética: enquanto no mundo o setor energético é o maior responsável pelas emissões globais de gases de efeito estufa (68% em 2023), no Brasil, a maior parte das emissões vem da mudança do uso da terra, florestas e agropecuária, respondendo por cerca de 70% da emissão total do país, enquanto o setor de energia responde por 21% das emissões totais.

Ademais, nosso país ainda enfrenta desafios associados a uma demanda crescente por energia, impulsionada pelo crescimento demográfico, urbanização e a necessidade de melhorar o acesso a serviços essenciais. Para uma transição justa nesse contexto, será fundamental expandir a oferta de energia segura, sustentável e eficiente, a fim de mitigar a pobreza energética.

Para endereçar essa questão, o Brasil tem orientado a formulação e implementação de políticas climáticas que promovam o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que incentivam a redução de emissões, em linha com os compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris. As metas nacionais estão sendo internalizadas por meio de instrumentos legais e regulatórios, que visam mitigar emissões de gases de efeito estufa (GEE) e aumentar o uso de energia e combustíveis menos intensivos em emissões, como o Plano Nacional de Transição Energética, o Plano Clima (Mitigação e Adaptação), a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa Combustível do Futuro, o Programa Nacional de Hidrogênio e o Mercado Regulado de Carbono. Assim, é preciso que as ações dos agentes econômicos estejam alinhadas a essas diretrizes nacionais, visando a transição para uma economia mais justa, próspera e inclusiva.

É considerando este contexto global e nacional que trabalhamos para que a Petrobras avance com responsabilidade e transparência, alinhando nossa estratégia de negócios às necessidades da sociedade

e aos desafios globais das mudanças climáticas. A Petrobras tem hoje processos estruturados de estratégia, governança, transparência, gestão de riscos e métricas e metas que orientam nosso planejamento e decisões.

Em relação à estratégia, nosso Plano Estratégico 2050 é orientado pela perspectiva da evolução da matriz energética brasileira, e considera as incertezas relacionadas ao mercado global de energia. Para representar as diferentes incertezas, consideramos três cenários de longo prazo, sendo o ritmo da transição energética o principal fator que norteia nossos cenários corporativos. Todos os nossos cenários indicam uma redução do consumo de petróleo, em diferentes velocidades. Apesar desta redução, mesmo nosso cenário de maior velocidade e intensidade na transição energética indica a necessidade de novos projetos de Exploração e Produção para atendimento ao consumo brasileiro e mundial, em função do declínio natural dos campos. Assim, planejamos seguir com a exploração de óleo e gás de maneira ética e responsável, buscando sempre projetos resilientes sob o ponto de vista econômico e ambiental e contribuindo para a segurança energética, e gerando recursos necessários para financiar a transição justa.

Além dos investimentos em novas energias, um dos nossos principais instrumentos para acelerar nossa descarbonização é o Programa Carbono Neutro, um programa transversal a diversas áreas de negócio, que já identificou 700 oportunidades de mitigação de emissões de GEE utilizando a metodologia da Curva de Custo Marginal de Abatimento (Marginal Abatement Cost Curves – MACC) para mapear as oportunidades de maior custo-efetividade. O Programa conta com recurso dedicado, o Fundo de Descarbonização, na ordem de US\$1,3 bilhão para os próximos 5 anos, e apresenta uma carteira atual de 34 projetos, com potencial de mitigar 1,5 MM tCO₂e/ano.

Em relação a métricas e metas, possuímos, desde 2002, um inventário de emissões de escopos 1 e 2 elaborado segundo as especificações técnicas do Programa Brasileiro GHG Protocol. Esse sistema consolida informações de cerca de 7 mil fontes, é verificado por terceira parte e foi classificado como Selo Ouro, pelo Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), pelo oitavo ano consecutivo.

Outra importante iniciativa é nosso sistema de remuneração variável atrelado ao Indicador de Atendimento às metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE). Esse sistema abrange toda a companhia e incentiva a participação ativa dos colaboradores na redução

das emissões de gases de efeito estufa. Ao alinhar os incentivos financeiros aos objetivos de sustentabilidade, buscamos não apenas cumprir metas, mas também cultivar uma cultura de responsabilidade climática entre todos os nossos colaboradores.

Em relação aos riscos, fazemos a gestão de riscos climáticos integrada à metodologia corporativa, permitindo uma visão integrada e sistêmica de monitoramento dos riscos de todas as áreas nos mais diversos níveis hierárquicos da empresa. O conjunto de riscos relacionados às mudanças climáticas e à transição energética é avaliado com grau de severidade muito alto e é considerado um risco estratégico, sendo sua gestão estruturada de forma que a Alta Administração e todos os níveis hierárquicos da companhia estejam envolvidos no tema. Os riscos e as oportunidades são identificados buscando a sustentabilidade de nosso negócio e a geração de valor.

Ademais, considerando o desafio da transição energética e suas implicações em nossos negócios, temos buscado ser cada vez mais transparentes na divulgação das informações relacionadas às mudanças climáticas. Possuímos um relatório dedicado ao tema, o Caderno de Mudança do Clima, onde estão apresentadas as principais informações e diretrizes sobre nossa visão, ações e compromissos em relação às mudanças climáticas e à transição energética, assim como os principais Riscos e Oportunidades e Governança, seguindo as temáticas recomendadas pela Task Force on Climate - Related Financial Disclosures (TCFD). Os requisitos de reporte visam fornecer aos investidores, reguladores e demais partes interessadas informações consistentes, comparáveis e úteis para a tomada de decisão financeira de longo prazo.

Para nós, não se trata apenas de cumprir metas, mas de consolidar processos robustos de gestão, medição, monitoramento, reporte, controle e auditoria que garantam confiabilidade, rastreabilidade e diligência. Reconhecemos que estamos diante de um futuro incerto, mas queremos ter os instrumentos corretos para tomar as melhores decisões à luz das informações disponíveis.

Por fim, reiteramos que estamos trabalhando incansavelmente por uma transição energética justa, ética, competitiva e segura, a ser conduzida de forma gradual, ordenada e custo-efetiva, proporcional às possibilidades e responsabilidades do Brasil enquanto país em desenvolvimento.